

ESTRATÉGIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO CONTROLE E ENFRENTAMENTO DE EPIDEMIAS

STRATEGIES OF THE UNIFIED HEALTH SYSTEM IN THE CONTROL AND MANAGEMENT OF EPIDEMICS

ESTRATEGIAS DEL SISTEMA ÚNICO DE SALUD EN EL CONTROL Y GESTIÓN DE EPIDEMIAS

Grazielly Beserra Calixto Venancio¹

Andreia Lima dos Santos²

Danilo Alves de França³

Daniel Lucas Medeiros da Silva⁴

Fernanda Resende Gonçalves⁵

Camila Nunes Carvalho⁶

RESUMO: As epidemias configuram-se como um grave problema de saúde pública, especialmente diante do aumento dos casos de dengue e de seus impactos no Brasil. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) exerce papel central na vigilância epidemiológica, na prevenção de agravos, na imunização, no controle de vetores e na articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde. Entretanto, desafios persistentes, como desigualdades regionais, sobrecarga dos serviços e limitações estruturais, exigem planejamento estratégico, gestão eficiente e qualificação profissional para respostas eficazes às emergências sanitárias. O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias adotadas pelo SUS na vigilância epidemiológica e na prevenção de epidemias, avaliando sua contribuição para a redução da transmissão de doenças e para a proteção da população. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada por meio de etapas previamente definidas, incluindo critérios de inclusão e exclusão, seleção de bases de dados científicas e análise de estudos sobre ações do SUS no enfrentamento de epidemias. Os resultados evidenciam o papel estratégico do SUS, com destaque para a Atenção Primária à Saúde, a imunização, o controle de vetores e a educação em saúde. Apesar dos avanços, persistem desafios associados à escassez de recursos, à sobrecarga dos serviços públicos.

1

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Epidemias. Controle de Doenças.

¹Biomédica; especialista em hematologia clínica e laboratorial pela UFPE.

²Graduação em enfermagem; Universidade nove de julho.

³Doutor em Medicina Veterinária; Universidade de São Paulo.

⁴Núcleo Regional de Saúde Extremo Sul - SESAB - BA; Enfermeiro; Graduado pelo Centro Universitário de Caratinga - UNEC; Especialista em Saúde Pública; Mestrando em Saúde da Família pela UFSB/PROFSAÚDE.

⁵Biomédica especialista em Vigilância em Saúde; Epidemiológica; Universidade Federal de Uberlândia.

⁶Professora de Odontologia; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

ABSTRACT: Epidemics constitute a serious public health problem, especially in view of the increase in dengue cases and their impacts in Brazil. In this context, the Unified Health System (SUS) plays a central role in epidemiological surveillance, disease prevention, immunization, vector control, and the articulation between different levels of health care. However, persistent challenges such as regional inequalities, service overload, and structural limitations require strategic planning, efficient management, and professional qualification to ensure effective responses to health emergencies. The objective of this study was to analyze the strategies adopted by the SUS in epidemiological surveillance and epidemic prevention, evaluating their contribution to reducing disease transmission and protecting the population. This is a systematic literature review, conducted through previously defined stages, including inclusion and exclusion criteria, selection of scientific databases, and analysis of studies addressing SUS actions in coping with epidemics. The results highlight the strategic role of the SUS, with emphasis on Primary Health Care, immunization, vector control, and health education. Despite the advances achieved, challenges related to resource scarcity and service overload persist.

Keywords: Unified Health System. Epidemics; Disease Control. Epidemiological Surveillance.

RESUMEN: Las epidemias se configuran como un grave problema de salud pública, especialmente ante el aumento de los casos de dengue y sus impactos en Brasil. En este contexto, el Sistema Único de Salud (SUS) desempeña un papel central en la vigilancia epidemiológica, la prevención de enfermedades, la inmunización, el control de vectores y la articulación entre los diferentes niveles de atención en salud. No obstante, desafíos persistentes como las desigualdades regionales, la sobrecarga de los servicios y las limitaciones estructurales exigen planificación estratégica, gestión eficiente y capacitación profesional para respuestas eficaces ante las emergencias sanitarias. El objetivo de este estudio fue analizar las estrategias adoptadas por el SUS en la vigilancia epidemiológica y la prevención de epidemias, evaluando su contribución a la reducción de la transmisión de enfermedades y a la protección de la población. Se trata de una revisión sistemática de la literatura, realizada mediante etapas previamente definidas, que incluyen criterios de inclusión y exclusión, selección de bases de datos científicas y análisis de estudios sobre las acciones del SUS en el enfrentamiento de epidemias. Los resultados evidencian el papel estratégico del SUS, con énfasis en la Atención Primaria de Salud, la inmunización, el control de vectores y la educación en salud. A pesar de los avances, persisten desafíos relacionados con la escasez de recursos y la sobrecarga de los servicios.

Palabras clave: Sistema Único de Salud. Epidemias. Control de Enfermedades.

INTRODUÇÃO

As epidemias são caracterizadas pelo aumento expressivo da incidência de doenças em uma população, em determinado tempo e espaço, superando os níveis esperados. Ao longo da história, doenças como dengue, febre amarela, sarampo e chikungunya ilustram como surtos locais ou regionais podem gerar impactos significativos na morbimortalidade, sobrecarregar os serviços de saúde e desafiar a organização social. Esses eventos evidenciam a necessidade de

vigilância epidemiológica, estratégias de prevenção e respostas rápidas do sistema de saúde para proteger a população e reduzir a propagação de agentes infecciosos (Silveira *et al.*, 2023).

Em 2024, a dengue atingiu níveis recordes no mundo, com mais de 14 milhões de casos e cerca de 9.500 mortes, destacando-se como uma das principais arboviroses em países tropicais. No Brasil, a doença permaneceu endêmica, registrando mais de 6,3 milhões de casos suspeitos e 3.680 mortes, especialmente nas regiões mais vulneráveis (Gava *et al.*, 2022).

Atualmente, o avanço da globalização, a intensa mobilidade populacional, a urbanização desordenada e as mudanças ambientais têm intensificado a emergência e reemergência de doenças transmissíveis, ampliando a disseminação de agentes infecciosos. Dessa forma, as epidemias configuram-se como um grave problema de saúde pública, cujos efeitos extrapolam o âmbito sanitário, atingindo a sociedade, a economia e os sistemas de saúde, gerando aumento da demanda, sobrecarga das unidades e elevação dos custos de prevenção e tratamento (Costa *et al.*, 2024).

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado no Brasil com o objetivo de organizar a assistência de forma universal, integral e equitativa, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde, sem discriminação, contemplando ações de prevenção, promoção e tratamento. A universalidade assegura atendimento a toda a população, a integralidade contempla todas as necessidades de saúde e a equidade busca reduzir desigualdades regionais e sociais, fortalecendo a capacidade do país de enfrentar epidemias e proteger a população (Kirst; Darsie, 2021).

O SUS desempenha um papel central na saúde pública brasileira ao estruturar uma rede nacional de serviços capaz de atender diferentes níveis de complexidade. Sua organização integra unidades básicas, centros de referência, hospitais e laboratórios, garantindo cobertura ampla, contínua e coordenada. Essa abrangência nacional permite respostas rápidas e articuladas em situações de epidemias, fortalecendo a capacidade de monitoramento, vigilância e intervenção (Sanabria, 2021).

A partir dessa estrutura integrada, a vigilância epidemiológica atua como ferramenta estratégica do SUS, responsável pelo acompanhamento constante de doenças transmissíveis e emergentes. Por meio da notificação de casos, análise de dados e identificação de padrões, é possível antecipar surtos, direcionar recursos e subsidiar políticas públicas, garantindo comunicação eficiente entre unidades e autoridades e fortalecendo a proteção da população (Júnior, 2023).

Entre as principais estratégias de prevenção e controle de epidemias incluem imunização, educação em saúde e controle de vetores. Campanhas de vacinação ampliam a cobertura e reduzem a transmissão de doenças preveníveis, enquanto programas educativos conscientizam a população sobre higiene, prevenção e riscos de contágio. O controle de vetores, como mosquitos transmissores, é fundamental para reduzir doenças como dengue, zika e chikungunya, e, quando integrado às demais ações, fortalece a proteção coletiva e diminui a sobrecarga dos serviços de saúde (Costa *et al.*, 2024).

A Atenção Primária à Saúde desempenha papel central na detecção precoce de casos e no acompanhamento contínuo da população, garantindo respostas rápidas e eficazes. Profissionais capacitados realizam triagem, monitoramento e encaminhamentos adequados. Além disso, a proximidade com a comunidade facilita o acesso, aumenta a adesão às medidas preventivas e assegura o acompanhamento de grupos vulneráveis, consolidando a atenção primária como primeira linha de defesa contra epidemias e fortalecendo a saúde coletiva (Nascimento *et al.*, 2023).

Com base nessa atuação, a integração entre os diferentes níveis de atenção torna-se crucial para a eficácia do SUS no enfrentamento de epidemias. A articulação entre atenção básica, especializada e hospitalar permite fluxo contínuo de informações, recursos e pacientes, garantindo que casos leves sejam tratados na atenção primária, enquanto casos graves recebem atenção especializada, otimizando recursos e evitando sobrecarga hospitalar (Sanabria, 2021).

Para complementar essas estratégias, a gestão e o planejamento em situações epidêmicas exigem organização, decisões ágeis e uso eficiente de recursos. Protocolos claros, treinamento de equipes e definição de responsabilidades reduzem falhas operacionais. O planejamento estratégico permite antecipar demandas, distribuir insumos e coordenar campanhas preventivas, enquanto a atuação integrada de gestores e profissionais fortalece a resposta do SUS, garantindo que as medidas sejam aplicadas de forma rápida e eficaz em todo o território nacional (Souza *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços do Sistema Único de Saúde, a propagação rápida de doenças transmissíveis ainda representa um grande desafio para a saúde pública brasileira. Fatores como desigualdades regionais, mobilidade populacional intensa e urbanização desordenada contribuem para a vulnerabilidade de determinadas populações, dificultando a implementação uniforme de estratégias de prevenção e controle. Essa realidade evidencia lacunas na cobertura e efetividade das ações do SUS, comprometendo a proteção coletiva (Fabre *et al.*, 2020).

Além disso, a sobrecarga dos serviços de saúde e a escassez de recursos humanos e materiais expõem limitações na capacidade de resposta do sistema. Em situações epidêmicas, a necessidade de tomada de decisão rápida e de integração entre os diferentes níveis de atenção torna-se ainda mais crítica. A falta de articulação e planejamento eficiente pode resultar em atrasos na identificação de surtos, falhas na notificação de casos e menor alcance das ações de vigilância e imunização (Silva *et al.*, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à qualificação dos profissionais de saúde e à educação permanente. A atualização constante e a capacitação técnica são essenciais para lidar com emergências sanitárias complexas, mas muitas vezes insuficientes frente à diversidade e magnitude das epidemias. Dessa forma, torna-se imperativo compreender e avaliar como as estratégias implementadas pelo SUS podem ser aprimoradas para reduzir vulnerabilidades, aumentar a eficácia das ações e garantir maior proteção à população (Duarte *et al.*, 2025).

A relevância do estudo das estratégias do Sistema Único de Saúde no controle e enfrentamento de epidemias reside na possibilidade de compreender como ações estruturadas e integradas reduzem a transmissão de doenças, protegem a população e fortalecem a saúde coletiva. Essa análise evidencia o papel central do SUS na promoção da saúde pública, na prevenção de surtos e na mitigação dos impactos sociais, econômicos e sanitários das epidemias, contribuindo para o aprimoramento contínuo da qualidade e eficiência dos serviços de saúde no país (Silveira *et al.*, 2023).

Justifica-se este estudo pela necessidade de avaliar a eficácia das ações do SUS frente às epidemias, identificando desafios, lacunas e oportunidades de aprimoramento. Compreender o papel do sistema na vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis possibilita propor melhorias estratégicas e operacionais, garantindo respostas mais rápidas e efetivas. Além disso, a investigação contribui para subsidiar políticas públicas, apoiar a capacitação dos profissionais de saúde e fortalecer a proteção da população diante de emergências sanitárias (Oliveira *et al.*, 2025).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as estratégias adotadas pelo Sistema Único de Saúde no controle e enfrentamento de epidemias no contexto da saúde pública. Especificamente, busca-se identificar as principais ações do SUS voltadas à vigilância epidemiológica e à prevenção de epidemias, bem como avaliar como essas estratégias contribuem para reduzir a transmissão de doenças e proteger a população.

Enquanto tem-se como questões norteadoras: quais são as principais ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde voltadas à vigilância epidemiológica e à prevenção de epidemias? Como as estratégias implementadas pelo SUS influenciam a redução da transmissão de doenças e a proteção da população?

MÉTODOS

A revisão sistemática é um método científico rigoroso, amplamente utilizado para reunir, avaliar e sintetizar evidências sobre um tema específico de forma criteriosa, transparente e reprodutível. Diferentemente das revisões narrativas, que se caracterizam por descrições mais livres e subjetivas, a revisão sistemática segue etapas definidas, minimizando vieses e oferecendo resultados confiáveis e consistentes (Lunetta; Guerra, 2023). Esse procedimento possibilita construir um panorama sólido da produção científica, apoiando decisões e práticas baseadas em evidências, especialmente no campo da saúde pública.

O desenvolvimento de uma revisão sistemática inicia-se com a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, que orienta todas as etapas subsequentes. Entre essas etapas estão a definição de critérios de inclusão e exclusão, a escolha das bases de dados, a identificação de estudos relevantes, a avaliação crítica da qualidade metodológica e a síntese organizada dos achados (Page et al., 2024).

6

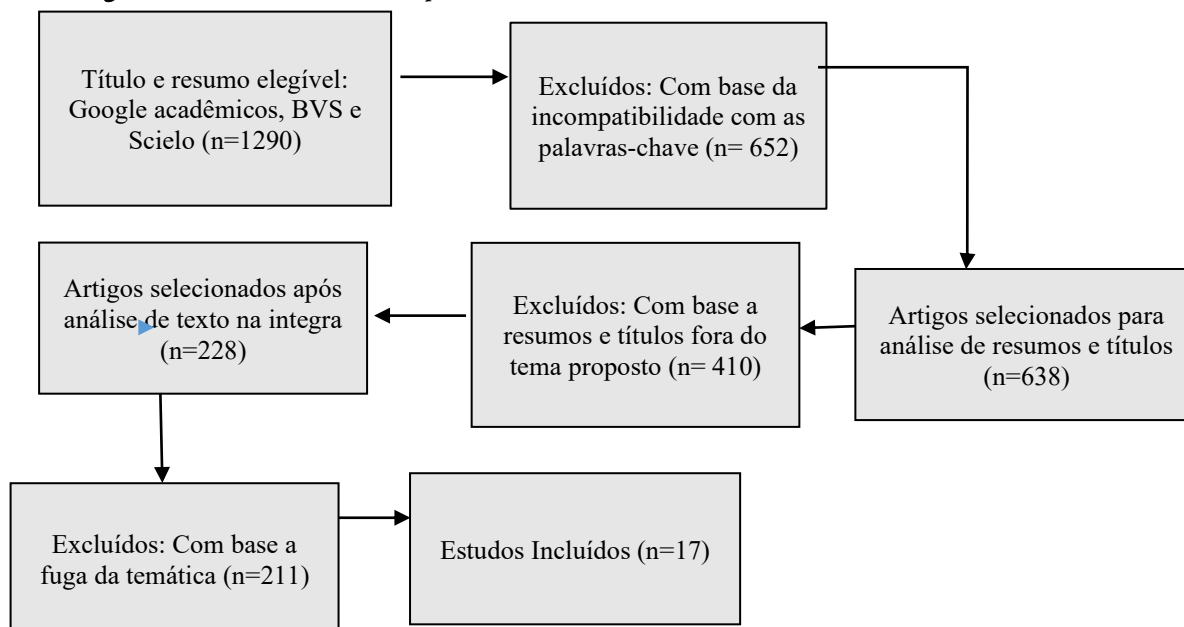
No presente estudo, a revisão sistemática foi adotada para identificar e analisar evidências publicadas entre 2021 e 2026 sobre as estratégias do Sistema Único de Saúde no controle e enfrentamento de epidemias. Foram utilizados os descritores “Sistema Único de Saúde”, “Saúde Pública”, “Epidemias”, “Controle de Doenças” e “Vigilância Epidemiológica”, combinados pelo operador booleano AND, garantindo que os estudos recuperados abordassem simultaneamente os aspectos centrais da pesquisa.

A busca foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais relevantes na área da saúde, incluindo Google Acadêmico, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram considerados apenas artigos publicados em português, disponíveis na íntegra, no período de 2021 a 2026.

A triagem dos estudos envolveu a análise de títulos e resumos, seguida da leitura completa dos trabalhos elegíveis, com exclusão de artigos incompletos, duplicados, teses, dissertações, TCCs e estudos sem foco específico nas estratégias do SUS, na vigilância epidemiológica ou na proteção da população. Para melhor visualização do percurso

metodológico, foi elaborado um fluxograma, representando todas as etapas desde a busca inicial até a seleção final dos artigos.

Fluxograma 1 – Seleção de estudos para revisão da literatura.



Fonte: autores (2026).

7

Além disso, os estudos selecionados foram organizados em um quadro detalhado, contendo autores, título, periódico, tipo de estudo, objetivos e principais resultados. Essa organização facilita a compreensão do leitor, permitindo identificar de forma clara as evidências sobre ações de vigilância, prevenção, imunização e mitigação dos impactos sociais, econômicos e sanitários das epidemias.

Quadro 1 – Panorama dos estudos selecionados para discussão

Nº	Título/Autores	Dados do periódico	Metodologia	Objetivo	Principais resultados
1	Sistema Único: marcos históricos e legais dessa política pública de saúde no Brasil/SA NTOS, I. F.; GABRIEL,	Humanidades & Inovação, v. 7, n. 5, p. 381-391, 2020.	Revisão de literatura	Este estudo tem por objetivo descrever os principais marcos históricos e legais que foram a base dessa Política Pública de Saúde, o SUS.	Durante muitos anos, o atendimento aos doentes era realizado apenas pelas Santas Casas de Misericórdia, dirigidas pela igreja católica, como atos de caridade. Ao Estado estavam restritas as ações de controle de epidemias.

	M.; MELLO, T. R. C				
2	Gastos com vigilância epidemioló- gica nos municípios de Santa Catarina/ FABRE, V. V.; ENGELA GE, E.; FLACH, L.; BORGET, A	Revista Catarinens e da Ciência Contábil, v. 19, 2020.	Estudo empírico	Diante disso, objetiva-se analisar a eficiência dos recursos públicos aplicados em vigilância epidemiológi- ca, na mitigação de doenças como a Aids, a Dengue e a Gripe Influenza.	Os resultados indicam que os gastos explicam as ocorrências de Aids e de Gripe em sentido inverso ao sugerido pela literatura (quanto mais gastos, mais casos dessas doenças). Por outro lado, os casos das três doenças aumentam os gastos epidemiológicos.
3	Direito à saúde e vigilância da Saúde no Brasil/ SANABRI A, C. A. P	Revista de Saúde Coletiva da UEFS, v. 11, n. 2, p. e7661- e7661, 2021.	Revisão narrativa	Analisar o papel do Sistema Único de Saúde e das ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológi- ca na garantia do direito à saúde no Brasil, evidenciando avanços, desafios e ameaças à saúde pública frente a epidemias e pandemias.	O estudo evidencia que o SUS é essencial para a garantia do direito à saúde, especialmente por meio da vigilância em saúde, imunização e atenção primária.
4	Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecim- ento e funcionam- ento do Sistema Único de Saúde/ KIRST, C.; DARSIE, C	Asklepiion: Informaçã- o em Saúde, v. 1, n. 2, p. 91- 112, 2021.	Revisão narrativa	Deste modo, com o objetivo de contextualizar a história da Saúde e das políticas públicas que lhe envolvem, no Brasil, este ensaio teórico discorre sobre acontecimento que vão desde o nascimento da Saúde Pública, em meados do século XIX, até a	O estudo evidencia que a Saúde Coletiva e o SUS resultam de um processo histórico, político e social articulado, marcado pela crítica ao modelo biomédico e curativista.

				estruturação do sistema de saúde brasileiro.	
5	Prevenção e controle da febre amarela: avaliação de ações de vigilância em área indene no Brasil/ GAVA, C.; SILVA, T. C.; LYRA, D. G. P.; ARDISSO N, K. S.; MARQUE S, C. S.; ALMADA , G. L.; CORRÊA, L. M. C.; SIQUEIR A, P. C.; RODRIG UES, G. A. P.; MOURA, L.; CRUZ, O. G.; MACIEL, E. L. N.; CAMACH O, L. A. B	Cadernos de saúde publica, v. 38, p. e00000521, 2022.	Estudo ecológico e descritivo	Foram avaliadas as ações nas diversas vertentes da vigilância em saúde, abrangendo vigilâncias epidemiológicas, entomológica, ambiental, laboratorial e epizootica, bem como a rede de assistência e as ações do programa de imunização.	A primeira comunicação da ocorrência de epizootias à SESA-ES foi em 10 de janeiro de 2017, do Município de Ibatiba, no Sul do estado. A investigação confirmou as epizootias por febre amarela e identificou a ocorrência de casos suspeitos em humanos.
6	O papel da vigilância epidemiológica no controle de surtos de doenças infecciosas no SUS/ SILVEIRA , R. E.; SILVA, F. R. A.; SANTOS, M. A. L.; SALGAD O, P. R. R.; GUEDES, E. V. B;	Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 6, p. e12797-e12797, 2023.	Revisão integrativa	Analisar qual o papel da vigilância epidemiológica no controle de surtos de doenças infecciosas no SUS.	O papel da vigilância epidemiológica, além da coleta de dados, é adotar medidas preventivas e de controle, como a vacinação, a distribuição de medicamentos e a implementação de medidas de higiene e segurança.

PADILHA , K. C. C.; FACHINI, M.; FERNAN DES, J. D. L.; ROCHA, R. L. M.; SOUZA, L. C. O. A					
7	Vigilância Epidemiológica no SUS: Estratégias e Importância para o Controle de Doenças Contagiosas/ JÚNIOR, J. N. M	Asclepius International Journal of Scientific Health Science, v. 2, n. 1, p. 09-15, 2023.	Revisão integrativa	Examinar a vigilância epidemiológica atua como uma ferramenta para o controle de doenças contagiosas no SUS.	Os dados coletados pela vigilância epidemiológica são essenciais para direcionar medidas de controle e prevenção de doenças, incluindo a vacinação e o isolamento de casos.
8	A importância da vigilância epidemiológica para saúde pública/ MORENO, H. C. F	Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR-e-ISSN 2447-1208, v. 9, n. 1, 2023.	Estudo bibliográfico	O estudo tem como objetivo entender um pouco acerca dos conceitos da vigilância epidemiológica, assim como sua atuação e prática na saúde pública.	O estudo evidencia que a vigilância em saúde epidemiológica é fundamental para a saúde pública, porém ainda é compreendida de forma limitada por muitos gestores, que a restringem ao controle de doenças transmissíveis.
9	PET-Saúde na Vigilância Epidemiológica: relato de experiência sobre as ações de Educação em Saúde/ NASCIMENTO, G. A.; DOURADO, A. A. A.; FERNANDES, J. G.; ROSA, V. A.;	REVISA, v. 12, n. Esp 1, p. 646-655, 2023.	Relato de experiência	relatar experiências vivenciadas de um grupo tutorial do PET-Saúde na Vigilância epidemiológica (VIEP), com foco nas ações de Educação em Saúde.	As atividades de promoção à saúde consistiram na elaboração e aplicação de instrumentos lúdicos e participação ativa dos graduandos na comunidade, por meio de uma atuação interprofissional, nas áreas prioritárias do Sistema de informação sobre mortalidade e nascidos vivos; Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde; Sistema de informação de agravos de Notificação e Setor de referências técnicas.

	AMORIM, V. F.; MORAIS, A. C.; ANDRAD E, K. V. F				
10	A emergência do Zika vírus no Brasil e a resposta federal dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária/ OLIVEIRA, A. C. V. S.; PEPE, V. L. E.; REIS, L. G. C.; ALBUQUERQUE, M. V.; DIAS, H. S	Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 34, p. e34SP104, 2024.	Pesquisa qualitativa	Assim, objetiva-se analisar a resposta federal do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária frente à epidemia do ZIKV no Brasil, de 2015 a 2018, enfatizando condicionantes, atores, estratégias adotadas e desdobramentos.	O pós-emergência foi marcado pela criação, em dezembro de 2017, da Estratégia de Ações de Vigilância e Cuidado das Crianças Diagnosticadas ou com Suspeita de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika (SCZV) e com outras síndromes causadas por sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes vírus (STORCH).
11	Saúde pública e epidemiologia: intervenções e políticas eficazes no controle e prevenção de doenças crônicas e infecciosas / COSTA, S. M.; SOUZA, B. M.; BRITO, J. P.; MENESES, T. B	REVISTA FOCO, v. 17, n. 12, p. e4826-e4826, 2024.	Revisão de literatura	Analisar, por meio de revisão da literatura, as políticas e intervenções de saúde pública voltadas ao controle e à prevenção de doenças crônicas e infecciosas, destacando a importância da integração entre epidemiologia, saúde pública e ciências sociais para o enfrentamento desses agravos no cenário global.	A implementação de políticas de saúde pública eficazes enfrenta uma série de desafios complexos e multifacetados.

- | | | | | | |
|----|---|--|------------------------------|---|--|
| 12 | <p>Histórico de implementação da gestão às emergências em saúde pública no Brasil/ SOUZA, A. S. S.; CAVALCANTE, J. R.; PROENÇA, A. R.; RODRIGUES, I. A.; FRANK, C. H. M.; FREITAS, D. R. C.; BARREIRA FILHO, E. B.; MACIEL, E. L.; GARCIA, M. H. O</p> | <p>Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 34, p. e20240498, 2025.</p> | <p>Estudo descritivo</p> | <p>Descrever a evolução histórica, a estrutura e as estratégias de preparação, vigilância e resposta do Brasil frente às emergências em saúde pública no âmbito do SUS, destacando políticas, programas e redes institucionais.</p> | <p>Evidencia-se que o Brasil estruturou uma rede nacional integrada de gestão de emergências em saúde pública, com avanços significativos em capacitação, vigilância, resposta rápida e coordenação intergovernamental, fortalecendo a capacidade do SUS de prevenir, detectar e responder a emergências sanitárias de forma mais ágil e articulada.</p> |
| 13 | <p>EpiSUS 25 anos: relato de experiência sobre avanços e legados na epidemiologia de campo e vigilância em saúde pública no Brasil, 2000-2025/DUARTE, M. S.; MORALES, T. R. S. N.; SILVA, D. C. S.; HASLETT, M. I. C.; ALMEIDA, A. S.; COGO, A. S.;</p> | <p>Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 34, p. e20250532, 2025.</p> | <p>Relato de experiência</p> | <p>Descrever a experiência da implementação do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS), com destaque para os marcos históricos, avanços e desafios e as perspectivas futuras para o fortalecimento da vigilância em saúde e da resposta às emergências no Brasil.</p> | <p>O EpiSUS foi implementado em 2000 com apoio internacional e alcançou sua total nacionalização em 2009. Em 2017, o modelo piramidal começou a se expandir no país a partir do nível fundamental, e, dois anos mais tarde, com o início das atividades do nível intermediário, em uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, unidade de Brasília.</p> |

ARAÚJO, A. T. R.; CARNEIR O, A. J. B.; SANTAN A, C. F. S.; GOMES, L. A. F.; GUIMAR ÃES, L. N. A.; LOPES, M. I.; MELLO, M. S.; GOMES, R. G. A.; PROENÇ A, R.; SOUZA, A. S. S.; SANTOS, E. D.; ALMEID A, T. V. R.; BARREIR A FILHO, E. B					
14	A importânci a da vigilância epidemiol gica no contexto das unidades de pronto atendiment o/ SILVA, H. S.; MEDEIR OS, R. L. S. F. M.; SOUZA, A. C.; OLIVEIR A, G. S	Revista Ibero- Americana de Humanida des, Ciências e Educação, v. 11, n. 11, p. 1947- 1960, 2025.	Revisão integrativ a da literatura	Este estudo teve como objetivo investigar as contribuições da Vigilância Epidemiológic a para a detecção, monitorament o e resposta a agravos de saúde pública no contexto das UPAs.	Os resultados demonstraram que a presença de Núcleos de Vigilância Epidemiológica nas UPAs fortalece o sistema de notificação compulsória, amplia a capacidade de resposta frente a agravos emergentes e favorece a integração entre assistência e gestão em saúde.
15	A vigilância em saúde no Brasil: evolução, marcos legais e desafios para a proteção da	Cuadernos de Educación y Desarrollo -QUALIS A4, v. 17, n. 9, p. e9445- e9445, 2025.	Pesquisa bibliográfi ca	o presente artigo tem como objetivo explorar a evolução da vigilância em saúde no Brasil, destacando os marcos legais	A vigilância epidemiológica é compreendida como um conjunto de ações que visa ao conhecimento, à detecção ou à prevenção de alterações nos fatores determinantes e condicionantes da saúde, tanto individual quanto coletiva. Seu objetivo principal é recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças e agravos, sendo essencial para a promoção da saúde pública no Brasil.

saúde
pública/O
LIVEIRA,
C. W. M.;
VALENTI
M, L. Á;
MAIA, L.
M. B.;
VIANA,
V. C. A.;
FERNAN
DES, I. T.
G. P.;
SUZART,
A. S.;
BENICIO,
L. A. O.;
OLIVEIR
A, D. F.;
LIMA, M.
H. V.;
OLIVEIR
A, I. S.;
PEDROS
O, B. L.;
MARINH
O, R. A

que
estruturaram
essa prática e
os desafios
que ainda
persistem na
sua
implementaçã
o.

Fonte: os autores (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SUS desempenha papel estratégico na saúde pública no Brasil, funcionando como sistema universal, integral e equitativo, capaz de garantir acesso a toda a população, independentemente de classe ou região. Essa estrutura possibilita ações coordenadas de prevenção e controle de doenças, além de respostas rápidas a emergências sanitárias, integrando unidades básicas, centros de referência, hospitais e laboratórios, fortalecendo a vigilância epidemiológica e a capacidade de intervenção em epidemias (Santos *et al.*, 2020).

Ao longo de sua história, o Brasil enfrentou diversas epidemias, como dengue, Zika e mais recentemente o sarampo que evidenciaram vulnerabilidades do sistema de saúde. Esses eventos expuseram desafios relacionados à sobrecarga hospitalar, escassez de insumos e à necessidade de respostas rápidas e coordenadas. A análise dessas experiências permitiu identificar falhas, fortalecer protocolos de prevenção e subsidiar políticas públicas mais estruturadas, ressaltando a importância da organização e articulação do SUS (Oliveira *et al.*, 2024).

Diversos fatores contribuem para a ocorrência e propagação de epidemias no Brasil, evidenciando a complexidade do controle sanitário. A globalização e a intensa mobilidade populacional aceleram a disseminação de agentes infecciosos, enquanto a urbanização desordenada cria ambientes propícios à concentração de pessoas em condições precárias e à proliferação de vetores transmissores de doenças. Além disso, mudanças ambientais, como desmatamento e alterações climáticas, favorecem o surgimento e a reemergência de enfermidades, exigindo respostas rápidas e planejadas do sistema de saúde (Moreno, 2023).

Nesse cenário, a vigilância epidemiológica desempenha papel central na detecção precoce de surtos e na mitigação de epidemias, pois a notificação rápida de casos, a análise de dados e o monitoramento contínuo permitem antecipar medidas preventivas e direcionar recursos adequadamente. Paralelamente, o monitoramento fortalece a comunicação entre unidades de saúde e autoridades, garantindo respostas coordenadas, enquanto a ausência de estrutura torna as ações fragmentadas e reativas (Júnior, 2023).

Com base nesse acompanhamento, as estratégias de prevenção e controle adotadas pelo SUS tornam-se essenciais para reduzir a transmissão de doenças e fortalecer a saúde coletiva. Sob essa perspectiva, a integração de ações como imunização, campanhas educativas, controle de vetores e medidas de higiene possibilita abordar múltiplos fatores de risco simultaneamente, garantindo respostas mais efetivas às epidemias e minimizando impactos sobre a população e os serviços de saúde (Costa *et al.*, 2024).

Dentro desse conjunto de ações, a vacinação constitui uma das principais ferramentas de prevenção, com impacto direto na redução de casos e complicações de doenças transmissíveis. No entanto, desafios como baixa adesão, hesitação vacinal e desigualdades regionais no acesso às vacinas podem comprometer a eficácia das campanhas, exigindo estratégias adaptadas às realidades locais e acompanhamento contínuo da cobertura populacional (Silveira *et al.*, 2023).

De maneira complementar, a educação em saúde desempenha papel central na promoção de hábitos preventivos e na conscientização sobre riscos, reforçando as ações de imunização. Por meio de programas educativos e campanhas de comunicação de risco, a população é orientada quanto a medidas de higiene, prevenção de contágio e importância da vacinação, fortalecendo a participação comunitária e ampliando a eficácia das políticas de saúde pública (Nascimento *et al.*, 2023).

Paralelamente, o controle de vetores, como mosquitos transmissores de dengue, Zika e chikungunya, representa um componente estratégico na prevenção de epidemias. Assim, ações como eliminação de criadouros, uso de larvicidas e mobilização comunitária contribuem para reduzir a incidência de doenças e devem ser integradas a programas educativos e campanhas de vacinação para resultados mais consistentes (Gava *et al.*, 2022).

Complementando essas medidas, as intervenções ambientais desempenham papel preventivo relevante, envolvendo saneamento básico, manejo adequado de resíduos e melhorias na infraestrutura urbana. Dessa maneira, essas ações reduzem ambientes propícios à proliferação de agentes transmissores e fortalecem a saúde coletiva, demonstrando que estratégias preventivas eficazes devem ser amplas, intersetoriais e articuladas entre saúde, educação e meio ambiente (Costa *et al.*, 2024).

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel essencial na detecção precoce de casos e no acompanhamento contínuo da população, sendo responsável pela triagem, monitoramento e encaminhamento adequado dos indivíduos. Profissionais capacitados atuam próximos às comunidades, facilitando o acesso aos serviços de saúde, promovendo a adesão às medidas preventivas e garantindo acompanhamento de grupos vulneráveis, consolidando a APS como primeira linha de defesa contra epidemias (Silva *et al.*, 2025).

16

Sob essa perspectiva, a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde é fundamental para o funcionamento eficiente do SUS, permitindo articulação entre atenção básica, especializada e hospitalar. Essa coordenação assegura fluxo contínuo de informações, encaminhamento adequado de pacientes e otimização de recursos, garantindo que casos leves sejam tratados na APS e casos graves recebam atenção especializada, evitando sobrecarga hospitalar (Oliveira *et al.*, 2025).

Além disso, a gestão e o planejamento em situações epidêmicas exigem protocolos claros, definição de responsabilidades e treinamento contínuo das equipes de saúde. O planejamento estratégico possibilita antecipar demandas, distribuir insumos de forma eficiente e organizar campanhas preventivas, fortalecendo a capacidade de resposta do SUS e assegurando que ações sejam aplicadas de forma coordenada e eficaz em todo o território nacional (Duarte *et al.*, 2025).

A tomada de decisão baseada em evidências é outro elemento central na resposta a epidemias, pois dados provenientes da vigilância epidemiológica, pesquisas científicas e análises epidemiológicas orientam políticas públicas e medidas preventivas. Esse enfoque

permite priorizar recursos, direcionar intervenções e implementar ações de forma fundamentada, aumentando a eficácia das estratégias de controle e mitigando riscos à população (Fabre *et al.*, 2020).

No entanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios significativos no enfrentamento de epidemias, especialmente em função de desigualdades regionais, insuficiência de recursos, sobrecarga dos serviços e barreiras de acesso para parte da população, o que impacta diretamente a capacidade de resposta rápida e coordenada do sistema, tornando essencial a identificação e mitigação dessas dificuldades para garantir atendimento universal e equitativo (Oliveira *et al.*, 2025).

Nesse sentido, a capacitação e a educação permanente dos profissionais de saúde são fundamentais para assegurar respostas rápidas, seguras e eficazes durante surtos epidêmicos. Investir em treinamentos, atualização técnica e protocolos claros permite que as equipes atuem com maior precisão, reduzindo erros operacionais e fortalecendo a confiança da população nas ações de saúde pública (Nascimento *et al.*, 2023).

Apesar desses avanços, o SUS ainda enfrenta lacunas e desafios que comprometem a eficácia das respostas a epidemias. Entre eles, destacam-se a cobertura insuficiente em algumas regiões, falhas na comunicação entre níveis de atenção e limitações metodológicas na implementação de programas. Reconhecer essas fragilidades é essencial para aprimorar políticas públicas, ajustar estratégias de prevenção e fortalecer o sistema frente a futuros surtos (Silva *et al.*, 2025).

Assim, a análise das estratégias do SUS evidencia que, apesar dos desafios, o sistema atua de forma estruturada e coordenada, com potencial para proteger a população e reduzir os efeitos de epidemias. A contínua avaliação e adaptação das políticas, aliadas à capacitação profissional e à articulação intersetorial, são determinantes para aprimorar a resposta do sistema de saúde (Costa *et al.*, 2024).

Por fim, as perspectivas futuras apontam para a necessidade de investimentos contínuos, expansão da cobertura, fortalecimento da vigilância epidemiológica e aprimoramento da comunicação com a população. Dessa maneira, o SUS se consolida como instrumento central da saúde pública brasileira, capaz de enfrentar epidemias de maneira eficiente, promovendo equidade, integralidade e proteção coletiva (Silveira *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o Sistema Único de Saúde desempenha um papel estratégico na proteção da população frente a epidemias, oferecendo um modelo universal, integral e equitativo de atenção à saúde. A articulação entre vigilância epidemiológica, atenção primária, imunização, controle de vetores e educação em saúde demonstra a capacidade do SUS de prevenir, detectar e responder de forma organizada e eficiente aos surtos de doenças.

Apesar dos desafios, como desigualdades regionais, sobrecarga de serviços e limitações de recursos, as estratégias implementadas pelo SUS têm mostrado resultados significativos na redução da transmissão de doenças e no fortalecimento da saúde coletiva. A capacitação contínua de profissionais, a integração entre os diferentes níveis de atenção e a tomada de decisão baseada em evidências são fatores determinantes para a eficácia das ações de controle e prevenção.

Por fim, os aprendizados adquiridos com experiências históricas e recentes reforçam a importância de investimentos contínuos, ampliação da cobertura, fortalecimento da vigilância epidemiológica e aprimoramento da comunicação com a população. Dessa forma, o SUS se consolida como instrumento central da saúde pública brasileira, capaz de enfrentar epidemias com eficiência, promovendo equidade, integralidade e proteção coletiva, ao mesmo tempo em que orienta melhorias e inovações para futuras ações preventivas.

18

REFERÊNCIAS

COSTA, S. M.; SOUZA, B. M.; BRITO, J. P.; MENESES, T. B. Saúde pública e epidemiologia: intervenções e políticas eficazes no controle e prevenção de doenças crônicas e infecciosas. *REVISTA FOCO*, v. 17, n. 12, p. e4826-e4826, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4826>. Acesso em: 31 jan. 2026.

DUARTE, M. M. S.; MORALES, T. R. S. N.; SILVA, D. C. S.; HASLETT, M. I. C.; ALMEIDA, S.; COGO, A. S.; ARAÚJO, A. T. R.; CARNEIRO, A. J. B.; SANTANA, C. F. S.; GOMES, L. A. F.; GUIMARÃES, L. N. A.; LOPES, M. I.; MELLO, M. S.; GOMES, R. G. A.; PROENÇA, R.; SOUZA, A. S. S.; SANTOS, E. D.; ALMEIDA, T. V. R.; BARREIRA FILHO, E. B. EpiSUS 25 anos: relato de experiência sobre avanços e legados na epidemiologia de campo e vigilância em saúde pública no Brasil, 2000-2025. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 34, p. e20250532, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2025.v34/e20250532/pt/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

FABRE, V. V.; ENGELAGE, E.; FLACH, L.; BORGET, A. Gastos com vigilância epidemiológica nos municípios de Santa Catarina. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 19, 2020. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2967>. Acesso em: 31 jan. 2026.

GAVA, C.; SILVA, T. C. C.; LYRA, D. G. P.; ARDISSON, K. S.; MARQUES, C. S.; ALMADA, G. L.; CORRÊA, L. M. C.; SIQUEIRA, P. C.; RODRIGUES, G. A. P.; MOURA, L.; CRUZ, O. G.; MACIEL, E. L. N.; CAMACHO, L. A. B. Prevenção e controle da febre amarela: avaliação de ações de vigilância em área indene no Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 38, p. e00000521, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2022.v38n1/e00000521/pt/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

MAIDANA JÚNIOR, J. N. Vigilância Epidemiológica no SUS: Estratégias e Importância para o Controle de Doenças Contagiosas. *Asclepius International Journal of Scientific Health Science*, v. 2, n. 1, p. 09-15, 2023. Disponível em: <https://asclepiushealthjournal.com/index.php/aijshts/article/view/8>. Acesso em: 31 jan. 2026.

KIRST, C.; DARSIE, C. Notas sobre a saúde pública, a saúde coletiva e o estabelecimento e funcionamento do Sistema Único de Saúde. *Asklepion: Informação em Saúde*, v. 1, n. 2, p. 91-112, 2021. Disponível em: <https://www.asklepionrevista.info/asklepion/article/view/21>. Acesso em: 31 jan. 2026.

LUNETTA, A.; GUERRA, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. *Revista OWL (OWL Journal)-Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MORENO, H. C. F. A importância da vigilância epidemiológica para saúde pública. *Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR-e-ISSN 2447-1208*, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/download/106593168/TCC_helen_cristina_ferreira_moreno_1_.pdf. Acesso em: 31 jan. 2026.

19

NASCIMENTO, G. A.; DOURADO, A. A. A.; FERNANDES, J. G.; ROSA, V. A.; AMORIM, V. F.; MORAIS, A. C.; ANDRADE, K. V. F. PET-Saúde na Vigilância Epidemiológica: relato de experiência sobre as ações de Educação em Saúde. *REVisa*, v. 12, n. Esp 1, p. 646-655, 2023. Disponível em: <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/72>. Acesso em: 31 jan. 2026.

OLIVEIRA, C. V. S.; PEPE, V. L. E.; REIS, L. G. C.; ALBUQUERQUE, M. V.; DIAS, H. S. A emergência do Zika vírus no Brasil e a resposta federal dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde e de Vigilância Sanitária. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, p. e34SP104, 2024.

OLIVEIRA, C. W. M.; VALENTIM, L. Á.; MAIA, L. M. B.; VIANA, V. C. A.; FERNANDES, I. T. G. P.; SUZART, A. S.; BENICIO, L. A. O.; OLIVEIRA, D. F.; LIMA, M. H. V.; OLIVEIRA, I. S.; PEDROSO, B. L.; MARINHO, R. A. A vigilância em saúde no Brasil: evolução, marcos legais e desafios para a proteção da saúde pública. *Cuadernos de Educación y Desarrollo-QUALIS A4*, v. 17, n. 9, p. e9445-e9445, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/9445>. Acesso em: 31 jan. 2026.

PAGE, M.; MCKENZIE, J.; BOSSUYT, P.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T.; MULROW, C.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J.; AKL, E.; BRENNAN, S.; CHOU, R.; GLANVILLE, J.;

GRIMSHAW, J.; HRÓBJARTSSON, A.; LALU, M.; LI, T.; LODER, E.; MAYO-WILSON, E.; MCDONALD, S.; MCGUINNESS, L.; STEWART, L.; THOMAS, J.; TRICCO, A.; WELCH, V.; WHITING, P.; MOHER, D.; SOUSA, J. L.; ABREU, V.; LOPES, S. G. Declaração PRISMA 2020: uma diretriz atualizada para publicação de revisões sistemáticas. *Germinare—Revista Científica do Instituto Piaget*, n. 4, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://germinare.ipiaget.org/index.php/germinare/article/view/210>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANABRIA, C. A. P. Direito à saúde e vigilância da Saúde no Brasil. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, v. 11, n. 2, p. e7661-e7661, 2021. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/7661>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SANTOS, I. F.; GABRIEL, M.; MELLO, T. R. C. Sistema Único de Saúde: marcos históricos e legais dessa política pública de saúde no Brasil. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 5, p. 381-391, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2964>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SILVA, H. S.; MEDEIROS, R. L. S. F. M.; SOUZA, A. C.; OLIVEIRA, G. S. A importância da vigilância epidemiológica no contexto das unidades de pronto atendimento. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 11, p. 1947-1960, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22014>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SILVEIRA, R. E.; SILVA, F. R. A.; SANTOS, M. A. L.; SALGADO, P. R. R.; GUEDES, E. V. B.; PADILHA, K. C. C.; FACHINI, M.; FERNANDES, J. D. L.; ROCHA, R. L. M.; SOUZA, L. C. O. A. O papel da vigilância epidemiológica no controle de surtos de doenças infecciosas no SUS. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 6, p. e12797-e12797, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12797>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SOUZA, A. S. S.; CAVALCANTE, J. R.; PROENÇA, R.; RODRIGUES, I. A.; FRANK, C. H. M.; FREITAS, D. R. C.; BARREIRA FILHO, E. B.; MACIEL, E. L.; GARCIA, M. H. O. Histórico de implementação da gestão às emergências em saúde pública no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 34, p. e20240498, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2025.v34/e20240498/pt/>. Acesso em: 31 jan. 2026.